



2818581



00135.204825/2022-90



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 09 DE MARÇO DE 2022

**Aprova o Regimento Interno do Conselho
Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.**

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, nos arts. 9º, inciso III, e 22 do seu Regimento Interno (Resolução nº 01, de 09 de junho de 2015), e em cumprimento à deliberação tomada, por maioria, em sua 28ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 9 de fevereiro de 2022:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o novo Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI FRIGO
Presidente

Conselho Nacional dos Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Darci Frigo, Presidente**, em 11/03/2022, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2818581** e o código CRC **28585528**.

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 02, DE 09 DE MARÇO DE 2022

ANEXO

CAPÍTULO I DA NATUREZA

Art. 1º O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, órgão colegiado instituído pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos.

Art. 2º Constituem direitos humanos sob a proteção do CNDH os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal e nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil.

Art. 3º A defesa dos direitos humanos pelo CNDH independe de provocação das pessoas ou das coletividades ofendidas.

Parágrafo único. O CNDH desempenhará sua missão institucional tendo como orientação os Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípios de Paris) estabelecidos na Resolução A/RES/48/134, de 20 de dezembro de 1993, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Cabe ao CNDH zelar pelo efetivo respeito aos direitos humanos por parte dos poderes públicos, dos serviços de relevância pública e dos particulares, competindo-lhe:

I - promover e acompanhar, atuando com autonomia, medidas necessárias à prevenção, repressão, sanção e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, inclusive os previstos em tratados e atos internacionais ratificados no país, e apurar as respectivas responsabilidades;

II - fiscalizar e monitorar as políticas públicas de direitos humanos e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), podendo sugerir e recomendar diretrizes para sua efetivação;

III - contribuir para a consolidação do Sistema Nacional de Direitos Humanos e desenvolver ações para sua articulação e fortalecimento;

IV - receber representações ou denúncias de condutas ou situações contrárias aos direitos humanos e apurar as respectivas responsabilidades, promovendo a articulação com órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, visando à reparação ou integridade do direito violado;

V - expedir recomendações a entidades públicas e privadas, fixando prazo razoável para seu atendimento ou para justificar a impossibilidade de fazê-lo;

VI - expedir resoluções;

VII - expedir notas públicas;

VIII - articular-se com órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal encarregados da proteção e defesa dos direitos humanos;

IX - manter intercâmbio e cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, em especial com órgãos integrantes dos Sistemas Internacional e Regional de Direitos Humanos, com objetivo de dar proteção aos direitos humanos e realizar as demais finalidades previstas neste artigo;

X - acompanhar o desempenho do cumprimento das obrigações relativas à defesa dos direitos humanos resultantes de acordos internacionais, produzindo relatórios e prestando colaboração necessária ao Ministério das Relações Exteriores;

XI - acompanhar processos administrativos e judiciais relacionados, direta ou indiretamente, a graves violações aos direitos humanos, bem como à defesa dos bens e interesses sobre sua proteção, conforme deliberação do Plenário;

XII - opinar sobre atos normativos, administrativos e legislativos relacionados à política nacional de direitos humanos e elaborar propostas legislativas e atos normativos relacionados à matéria de sua competência;

XIII - realizar audiências, assegurando a participação social na discussão de questões afetas aos direitos humanos;

XIV - promover eventos relacionados a temáticas de direitos humanos;

XV - realizar missões e outras diligências para verificar violações aos direitos humanos;

XVI - realizar estudos e pesquisas sobre direitos humanos e promover ações visando à divulgação da importância do respeito a esses direitos;

XVII - nomear, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 12.986, de 2014, consultoras/es **ad hoc** para subsidiar tecnicamente debates e estudos temáticos;

XVIII - designar especialistas como relatoras/es especiais para diagnóstico, estudo, produção de relatórios, de resoluções e de recomendações em direitos humanos;

XIX - realizar campanhas com a finalidade de mobilizar a sociedade sobre temas de relevância pública em direitos humanos, bem como promover ações de divulgação relacionadas à observância desses direitos;

XX - recomendar a inclusão de matéria específica de direitos humanos nos currículos escolares, especialmente nos cursos de formação de polícias e órgãos de defesa do Estado e das instituições democráticas;

XXI - conferir especial atenção às áreas de maior ocorrência de violações aos direitos humanos, podendo nelas promover a instalação de representações do CNDH pelo tempo que for necessário;

XXII - representar:

a) à autoridade competente para a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo, visando à apuração da responsabilidade por violações aos direitos humanos ou por descumprimento de sua promoção, inclusive o estabelecido no inciso XX, e aplicação das respectivas penalidades;

b) ao Ministério Público para que, no exercício de suas atribuições, possa promover medidas relacionadas à defesa dos direitos humanos ameaçados ou violados;

c) à/ao Procuradora/r-Geral da República para fins de intervenção federal, na situação prevista na alínea “b” do inciso VII do art. 34 da Constituição Federal; e

d) ao Congresso Nacional, visando a tornar efetivo o exercício das competências de suas Casas e comissões sobre matéria relativa aos direitos humanos;

XXIII - instaurar procedimentos apuratórios de condutas e situações contrárias aos direitos humanos e aplicar sanções de sua competência;

XXIV - pronunciar-se, por deliberação expressa da maioria absoluta de suas/seus conselheiras/os, sobre crimes que devam ser considerados, por suas características e repercussão, como

violações aos direitos humanos de excepcional gravidade, para fins de acompanhamento das providências necessárias a sua apuração, processamento e julgamento; e

XXV - elaborar e divulgar relatórios de suas atividades para prestação de contas das suas ações.

§ 1º Considera-se recomendação o ato formal por meio do qual o CNDH apresenta razões fáticas e jurídicas sobre determinada demanda e orienta a/o destinatária/o a fazer ou deixar de fazer algo, com o objetivo de prevenir e reparar condutas e situações de ameaça ou violação aos direitos humanos.

§ 2º Considera-se resolução o ato formal por meio do qual o CNDH manifesta decisão sobre matéria de sua competência ou edita norma jurídica para disciplinar questão específica de direitos humanos.

§ 3º Considera-se nota pública o ato formal por meio do qual o CNDH manifesta posição relacionada à proteção e promoção dos direitos humanos.

§ 4º As recomendações e resoluções do CNDH serão encaminhadas ao Diário Oficial da União para publicação no seu inteiro teor, nos termos do art. 11, **caput**, inciso I do Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, sem prejuízo de sua disponibilização na página institucional do Conselho na internet.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Seção I Da estrutura

Art. 5º O CNDH tem a seguinte estrutura:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões;
- IV - Subcomissões;
- V - Grupos de Trabalho; e
- VI - Secretaria-Executiva.

§ 1º O CNDH estabelecerá, a cada biênio, o planejamento de suas ações durante a gestão de forma participativa, a partir das propostas das comissões, subcomissões, grupos de trabalho e da Mesa Diretora, que serão submetidas à deliberação do Plenário.

§ 2º O Plenário do CNDH poderá criar ou extinguir comissões, subcomissões e grupos de trabalho com a finalidade de estudar e propor soluções de temas que envolvam direitos humanos.

Seção II Da composição, dos mandatos e das eleições

Art. 6º O CNDH é integrado pelas/os seguintes conselheiras/os:

- I - representantes de órgãos públicos:

a) Ministra/o de Estado Chefe do ministério ao qual esteja administrativamente vinculado o CNDH;

- b) Procuradora/r-Geral da República;
- c) duas/dois deputadas/os federais;
- d) duas/dois senadoras/es;
- e) uma/um de entidade de magistrados;
- f) uma/um do Ministério das Relações Exteriores;
- g) uma/um do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- h) uma/um da Polícia Federal; e
- i) uma/um da Defensoria Pública da União;

II - representantes da sociedade civil:

a) uma/um da Ordem dos Advogados do Brasil, indicada/o pelo Conselho Federal da entidade;

b) nove de organizações da sociedade civil e movimentos sociais de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos; e

c) uma/um do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

§ 1º A composição do CNDH será estabelecida para cada biênio, iniciando e findando no mês de dezembro dos anos pares, sendo esse o período correspondente ao tempo de mandato de suas/seus integrantes, na forma abaixo especificada:

I - as/os representantes dos órgãos públicos mencionadas/os nas alíneas “a” e “b” do inciso I do **caput** deste artigo exercerão seus mandatos no CNDH vinculados ao exercício do cargo que integra o colegiado e designarão suas/seus suplentes para mandato correspondente ao biênio;

II - as/os representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, titulares e suplentes, serão designadas/os pelas/os presidentas/es das respectivas Casas, no início de cada legislatura, obedecida a paridade entre os partidos de situação e de oposição, exercendo seus mandatos no CNDH durante os biênios compreendidos na respectiva legislatura;

III - as/os demais representantes de órgãos públicos e as/os representantes da sociedade civil indicadas/os nas alíneas “a” e “c” do inciso II do **caput** deste artigo, bem como suas/seus suplentes, serão designadas/os pelas/os ministras/os, chefes ou presidentas/es das respectivas instituições para o exercício do mandato correspondente ao biênio; e

IV - as/os representantes da sociedade civil indicadas/os na alínea “b” do inciso II do **caput** deste artigo e suas/seus suplentes serão eleitas/os em Encontro Nacional, convocado pelo CNDH, para o exercício do mandato correspondente ao biênio, sendo admitida uma recondução.

§ 2º Os órgãos públicos, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais buscarão na composição de suas/seus representantes assegurar a representatividade de raça e etnia, de gênero e sexo, geracional e de região, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

§ 3º As/os representantes dos órgãos públicos contarão com duas/dois suplentes, e as/os representantes da sociedade civil contarão com uma/um suplente.

§ 4º A suplência das/os representantes da sociedade civil da alínea “b” do inciso II do **caput** deste artigo será constituída pelas/os representantes das próximas nove organizações da sociedade civil e/ou movimentos sociais mais votadas/os, em seguida às titulares, observada a ordem classificatória do resultado do processo eleitoral de que trata o art. 9º.

§ 5º Fica vedado às/aos representantes da sociedade civil indicadas/os na alínea “b” do inciso II do **caput** deste artigo e suas/seus suplentes, após o exercício de dois mandatos consecutivos, exercer um terceiro mandato, ainda que representando uma organização da sociedade civil ou movimento social diverso da representação nos dois mandatos anteriores.

Art. 7º Os mandatos das/os conselheiras/os do CNDH serão exercidos de forma contínua e gozarão de estabilidade, devendo ser protegidos de influência, pressão, ameaça ou ingerência externa que possa comprometer a independência do exercício da função visando à promoção e à defesa dos direitos humanos.

§ 1º Durante o exercício dos mandatos, titulares empossadas/os serão substituídas/os pelas/os respectivas/os suplentes empossadas/os sempre que necessário, de forma a garantir a composição e o funcionamento regular do CNDH.

§ 2º Deverá ser evitada a alteração da representação de organização, movimento social ou órgão público que interrompa o mandato das/os conselheiras/os do CNDH.

§ 3º A alteração da representação de que trata o § 2º deverá ser devidamente justificada pela organização, pelo movimento social ou pelo órgão público à Mesa Diretora, que ouvirá a/o respectiva/o conselheira/o sobre a alteração.

Art. 8º São causas de perda ou encerramento antecipado de mandato:

I - renúncia ao mandato;

II - alteração da condição que legitimou a designação da/o representante de órgãos públicos previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso I do **caput** do art. 6º;

III - alteração da representação de organização, movimento social ou órgão público, no caso dos representantes previstos nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do inciso I e no inciso II do **caput** do art. 6º;

IV - superveniência de incapacidade civil;

V - abuso das prerrogativas conferidas pela Lei nº 12.986, de 2014, ou violação de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos tratados de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro; e

VI - ausência injustificada da/o conselheira/o, sem providenciar a substituição por suplente, por três reuniões plenárias consecutivas ou quatro alternadas.

§ 1º Com a perda ou encerramento antecipado de mandato, o órgão público, organização da sociedade civil ou movimento social será representado no CNDH pela/o suplente empossada/o, até que a/o nova/o titular seja formalmente empossada/o por meio de termo individual.

§ 2º O procedimento para perda do mandato será instaurado por decisão da maioria absoluta do Plenário e conduzido pela Mesa Diretora, assegurados, em todas as suas fases, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º O quórum mínimo para decisão de perda de mandato será de dois terços do Plenário.

§ 4º A perda do mandato pela causa prevista no inciso V do **caput** deste artigo será aplicada sem prejuízo de representação aos órgãos competentes por outras sanções de natureza penal, financeira, política, administrativa ou civil.

§ 5º A perda do mandato não se aplica à/ao Procuradora/r-Geral da República, à/ao Ministra/o de Estado Chefe do ministério ao qual esteja administrativamente vinculado o CNDH e às/aos representantes do Congresso Nacional, sem prejuízo de representação do Plenário aos órgãos competentes.

Art. 9º O processo eleitoral para a composição do CNDH será convocado no segundo ano de cada biênio, nos seguintes termos:

I - o CNDH designará uma Comissão Eleitoral no primeiro semestre do segundo ano do biênio, conforme calendário fixado pelo Plenário;

II - a Comissão Eleitoral será composta por três conselheiras/os para coordenar o processo eleitoral, sendo vedada às/aos representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que participem da eleição;

III - a Comissão Eleitoral apresentará ao Plenário proposta de edital de convocação, que disciplinará todo o processo;

IV - a eleição das/os organizações da sociedade civil e movimentos sociais será realizada em Encontro Nacional, convocado pelo CNDH, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial da União e divulgado na página institucional do CNDH na internet, com antecedência mínima de cento e vinte dias em relação ao término do mandato vigente;

V - serão eleitas dezoito representações da sociedade civil, por ordem decrescente de quantidade de votos recebidos, sendo as nove mais votadas indicadas para a titularidade e as nove subsequentes indicadas para a suplência;

VI - as/os representantes indicadas/os como titulares e suplentes das organizações da sociedade civil e movimentos sociais deverão ser domiciliadas/os no território nacional;

VII - o resultado final da votação será homologado e apresentado ao Plenário pela Comissão Eleitoral e posteriormente publicado na página institucional do CNDH na internet e no Diário Oficial da União; e

VIII - ao final do processo, a Comissão Eleitoral apresentará relatório dos trabalhos ao Plenário, que deve avaliar e deliberar sobre medidas para o constante aperfeiçoamento das eleições.

Art. 10. A eleição das organizações da sociedade civil e movimentos sociais será disciplinada por edital e compreenderá as seguintes etapas:

I - inscrição;

II - habilitação;

III - realização de Encontro Nacional para eleição, com votação, divulgação e recurso do resultado das eleições; e

IV - homologação da eleição.

Art. 11. A inscrição no processo de eleição de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais será realizada mediante remessa, pela/o interessada/o, de todas as informações e documentação probatória nos termos estabelecidos pelo edital.

Art. 12. Para habilitar-se à eleição do CNDH, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais deverão comprovar:

I - atuação em relevantes atividades relacionadas à mobilização, organização, promoção e defesa dos direitos humanos;

II - abrangência nacional; e

III - regular funcionamento, atendendo os incisos I e II há pelo menos dois anos na data da inscrição para a eleição.

§ 1º Poderão habilitar-se as organizações da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros ou com sede no país.

§ 2º Considera-se:

I - atuação em relevantes atividades relacionadas aos direitos humanos: o atuar constante, sem interrupções, na promoção e defesa integral e indivisível dos direitos humanos, em uma determinada temática ou segmento, com repercussão e notório reconhecimento das/os destinatárias/os dessa atuação; e

II - abrangência nacional de atuação: o desenvolvimento de relevantes atividades relacionadas aos direitos humanos em no mínimo quatro estados, situados em pelo menos duas regiões político-geográficas do país.

Art. 13. Os documentos exigidos para a inscrição serão:

I - para organizações da sociedade civil:

- a) cópia do Estatuto Social, em sua mais recente versão, assinado e registrado em cartório;
- b) cópia da mais recente Ata de Eleição da Diretoria assinada e registrada em cartório;
- c) relatório de atividades desenvolvidas em território nacional que comprove relevantes ações relacionadas à defesa dos direitos humanos nos dois anos anteriores à data da inscrição para a eleição, acompanhado de documentos comprobatórios, como publicações elaboradas pela instituição (livros, folders, jornais, vídeos), matérias jornalísticas, fotos, etc.;
- d) declaração de membra/o da diretoria, do secretariado ou da coordenação da organização da sociedade civil firmando a autenticidade do teor e forma dos documentos apresentados;
- e) documento assinado por membra/o da diretoria, do secretariado, da coordenação ou da representação geral da organização da sociedade civil com indicação de representante da entidade para participar da eleição no Encontro Nacional; e
- f) documento assinado por membra/o da diretoria, do secretariado, da coordenação ou da representação geral da organização da sociedade civil indicando a pessoa que será a representante da entidade para o exercício do mandato no biênio.

II - para movimentos sociais:

- a) cópia do Regimento Interno ou Carta de Princípios;
- b) cópia da mais recente Ata de Eleição ou documento que demonstre a legitimidade da representação coletiva, identificando as/os suas/seus representantes com nomes completos e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) relatório de atividades desenvolvidas em território nacional que comprove relevantes ações relacionadas à defesa dos direitos humanos nos dois anos anteriores à data da inscrição para a eleição, acompanhado de documentos comprobatórios, como publicações elaboradas pela instituição (livros, folders, jornais, vídeos), matérias jornalísticas, fotos etc.;
- d) declaração de membra/o da diretoria, do secretariado, da coordenação ou da representação geral do movimento social firmando a autenticidade do teor e forma dos documentos apresentados;
- e) documento assinado por membra/o da diretoria, do secretariado, da coordenação ou da representação geral do movimento social com indicação de representante do movimento para participar da eleição no Encontro Nacional; e
- f) documento assinado por membra/o da diretoria, do secretariado, da coordenação ou da representação geral do movimento social indicando a pessoa que será a representante da entidade para o exercício do mandato no biênio.

§ 1º Outros documentos poderão ser exigidos no edital da eleição.

§ 2º Havendo dúvidas quanto ao teor da documentação apresentada, a Comissão Eleitoral poderá, durante o processo de habilitação e após a análise de todas as inscrições, solicitar por escrito às organizações da sociedade civil e movimentos sociais explicações ou documentos adicionais, estabelecendo igual prazo para todas/os as/os participantes apresentarem suas manifestações.

Art. 14. No caso de o Encontro Nacional ocorrer presencialmente, o deslocamento, eventual hospedagem e custeio das/os representantes das organizações da sociedade civil e movimentos sociais habilitadas/os para a eleição correrão exclusivamente às suas próprias expensas.

Seção III Do Plenário

Art. 15. O Plenário, instância máxima do CNDH, composto por todas/os as/os suas/seus conselheiras/os, se reunirá:

I - ordinariamente, por convocação da Presidência, com antecedência mínima de dez dias, conforme calendário fixado pelo próprio pleno, em sua primeira reunião anual; e

II - extraordinariamente, por iniciativa da/o presidenta/e ou de um terço das/os conselheiras/os empossadas/os, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data da realização da reunião.

§ 1º As reuniões plenárias serão convocadas e presididas pela Presidência, podendo a/o vice-presidenta/e convocar reuniões plenárias na hipótese de omissão injustificável da/o presidenta/e quanto a essa atribuição, bem como presidir em sua substituição.

§ 2º A convocação das reuniões previstas no § 1º será realizada via correio eletrônico, acompanhada de pauta elaborada pela Mesa Diretora.

§ 3º Na ausência da/o presidenta/e e vice-presidenta/e na reunião plenária, a/ao integrante da Mesa Diretora com mais idade presidirá a reunião.

§ 4º As reuniões plenárias do CNDH serão públicas, devendo ser dada previamente ampla divulgação à pauta, salvo quando seja estabelecido o caráter sigiloso da reunião por deliberação do Plenário, especialmente para resguardar interesses e direitos de pessoas e coletividades ameaçadas.

§ 5º As reuniões plenárias serão realizadas de modo presencial, podendo excepcionalmente serem realizadas de modo remoto ou híbrido, conforme deliberação da Mesa Diretora.

§ 6º As/os conselheiras/os deverão encaminhar os temas e documentos sugeridos para entrarem na pauta da reunião ordinária com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data da sua apreciação na reunião.

§ 7º Em se tratando de reunião extraordinária, os temas e documentos sugeridos para entrarem na pauta serão apresentados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data da sua apreciação na reunião.

Art. 16. As reuniões ordinárias e extraordinárias poderão ocorrer em outras unidades da federação sempre que o CNDH entender recomendável.

Art. 17. O quórum para votação do Plenário será verificado de acordo com o número de conselheiras/os empossadas/os, ressalvados os casos previstos em lei.

§ 1º O Plenário poderá reunir-se com no mínimo um terço das/os conselheiras/os empossadas/os para tratar de assuntos que não exijam deliberação mediante votação.

§ 2º O quórum para votação do Plenário é de maioria absoluta.

§ 3º As decisões do CNDH serão aprovadas por maioria simples, ressalvados os casos previstos na Lei nº 12.986, de 2014, e em seu regimento interno.

§ 4º As resoluções serão tomadas por deliberação da maioria absoluta, e as recomendações serão aprovadas por maioria simples.

§ 5º A/o presidenta/e será a/o última/o a votar, possuindo voto de qualidade para fins de desempate na votação.

Art. 18. São atribuições do Plenário:

I - defender as prerrogativas do CNDH;

II - elaborar, alterar e aprovar seu regimento interno;

III - convocar eleições das organizações da sociedade civil e movimentos sociais e designar a Comissão Eleitoral;

IV - eleger presidenta/e e vice-presidenta/e do CNDH;

V - eleger integrantes da Mesa Diretora e das comissões, subcomissões e grupos de trabalho do CNDH;

VI - elaborar o calendário anual na primeira reunião ordinária do CNDH;

VII - instalar comissões, subcomissões e grupos de trabalho;

VIII - designar consultoras/es ad hoc, reladoras/es e reladoras/es especiais;

IX - convidar outros órgãos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, conselhos estaduais e municipais de direitos humanos e pessoas que possam subsidiar os debates das reuniões plenárias;

X - analisar e deliberar, conforme atribuições do CNDH, sobre os assuntos trazidos na pauta;

XI - facultar a palavra aos órgãos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e pessoas convidadas, bem como às/aos demais participantes das reuniões plenárias;

XII - convocar audiências com a finalidade de coletar sugestões e subsidiar a proposição de medidas para cumprir suas atribuições;

XIII - deliberar sobre a realização de missões para verificar violações aos direitos humanos;

XIV - aprovar e divulgar relatórios apresentados pelas comissões, subcomissões e grupos de trabalho do CNDH, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XV - instaurar processo apuratório de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, designar sua Comissão de Apuração e deliberar sobre as sanções previstas na Lei nº 12.986, de 2014;

XVI - deliberar sobre a instauração de procedimento para perda do mandato de conselheira/o ou de organização da sociedade civil, de movimento social ou de órgão público e decidi-lo;

XVII - eleger a/o coordenadora/r-geral da Secretaria-Executiva do CNDH mediante seleção pública conduzida pelo Conselho;

XVIII - elaborar sua proposta orçamentária para fins de inclusão no orçamento da União, de modo a atender as despesas decorrentes de seu funcionamento; e

XIX - deliberar sobre casos omissos neste regimento.

Seção IV

Da Mesa Diretora

Art. 19. A Mesa Diretora é instância colegiada incumbida de coordenar as atividades do CNDH para consecução dos fins previstos na Lei nº 12.986, de 2014.

Art. 20. A Mesa Diretora será composta pela Presidência, Vice-Presidência, duas/dois conselheiras/os representantes da sociedade civil e duas/dois conselheiras/os representantes dos órgãos públicos, observada a paridade de gênero e sexo e, sempre que possível, a diversidade racial, geracional e de região, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

Art. 21. São atribuições da Mesa Diretora:

I- promover a articulação entre Plenário e comissões, subcomissões e grupos de trabalho;

II - elaborar pauta de reuniões plenárias e decidir sobre seu formato;

III - orientar as atividades da Secretaria-Executiva, bem como analisar a suficiência do quadro de trabalhadoras/es, adotando providências ao seu incremento sempre que necessário ao pleno funcionamento do CNDH;

IV - proceder ao encaminhamento de denúncias ou representações de violações aos direitos humanos, propondo ao Plenário a adoção de providências, e atuando ad referendum do Plenário em casos urgentes;

V - receber e apreciar justificativa de alteração de representação de organização da sociedade civil, movimento social ou órgão público que interrompa o mandato de conselheiras/os do CNDH;

VI - conduzir o procedimento para perda do mandato de conselheiras/os;

VII - deliberar sobre o acesso a informações de atos e procedimentos do CNDH requeridos por agente externo durante sua fase preparatória ou referente a conteúdos de diligências em andamento;

VIII - presidir a reunião plenária, por meio de sua/seu integrante com mais idade, em caso de afastamento temporário ou impedimento da/o presidenta/e ou vice-presidenta/e;

IX - indicar conselheiras/os para representar o CNDH em eventos e solenidades, no impedimento da/o presidenta/e;

X - indicar conselheiras/os do CNDH para acompanhar a ocorrência de situações violadoras aos direitos humanos nos estados, municípios e no Distrito Federal;

XI - designar servidora/r da Secretaria-Executiva para assessorar missão; e

XII - elaborar processo seletivo para escolha da/o coordenadora/r-geral da Secretaria-Executiva do CNDH.

Seção V

Das comissões, subcomissões e grupos de trabalho

Art. 22. As comissões e subcomissões, permanentes ou temporárias, e os grupos de trabalho serão constituídos pelo Plenário e poderão ser compostos por conselheiras/os titulares e suplentes do CNDH, por representantes de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e de órgãos públicos, por profissionais especializadas/os e por pessoas afetadas por violações aos direitos humanos.

§ 1º A composição das comissões e subcomissões permanentes será definida até a segunda reunião plenária de cada biênio.

§ 2º Ao longo do biênio outras instituições, organizações da sociedade civil, movimentos sociais ou pessoas poderão passar a integrar comissões, subcomissões e grupos de trabalho, mediante indicação formalizada via correio eletrônico pela própria comissão, subcomissão ou grupo de trabalho à Secretaria-Executiva, e aprovação da Mesa Diretora.

§ 3º O Plenário definirá competências, objeto e vigência das comissões, subcomissões e grupos de trabalho no ato da criação e indicará para sua composição:

a) conselheiras/os titulares e suplentes do CNDH;

b) representantes de outras organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, de instituições públicas e de profissionais especializadas/os e pesquisadoras/es que atuem na defesa de direitos objeto da comissão, subcomissão ou grupo de trabalho; e

c) pessoas afetadas por violações aos direitos humanos.

§ 4º As comissões, subcomissões e grupos de trabalho poderão convidar entidades ou pessoas do setor público e privado que atuem em atividades relacionadas à sua temática, sempre que entendam necessária a colaboração para o pleno alcance dos seus objetivos.

§ 5º As comissões, subcomissões e grupos de trabalho serão coordenadas por conselheiras/os do CNDH, de acordo com indicação do Plenário.

§ 6º As comissões temporárias, subcomissões e os grupos de trabalho serão vinculadas/os às comissões permanentes ou, extraordinariamente, à Mesa Diretora, conforme definido no ato de criação.

§ 7º A criação de comissões e subcomissões temporárias ou grupos de trabalho levará em consideração a ocorrência de fato excepcional que cause violações aos direitos humanos e cujo enfrentamento extrapole as possibilidades de atuação das comissões e subcomissões permanentes.

Art. 23. São comissões e subcomissões permanentes do CNDH:

- I - Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua;
- II - Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade;
- III - Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- IV - Comissão Permanente Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais;
- V - Comissão Permanente Direito à Cidade;
- VI - Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada;
- VII - Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários;
- VIII - Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social;
- IX - Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos;
- X - Comissão Permanente de Promoção e Defesa das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo;
- XI - Comissão Permanente de Litigância Estratégica;
- XII - Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública; e
- XIII - Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental.

Art. 24. São atribuições das comissões:

- I - indicar diligências, colher declarações e solicitar informações e documentos às repartições públicas;
- II - propor ao Plenário a criação de subcomissões e grupos de trabalho;
- III - propor ao Plenário a realização de audiências, eventos e missões;
- IV - propor ao Plenário a requisição de informações, documentos e provas necessárias às suas atividades, nos termos da Lei nº 12.986, de 2014;
- V - propor ao Plenário a requisição do auxílio da Polícia Federal ou de força policial quando necessário ao exercício de suas atribuições, nos termos da Lei nº 12.986, de 2014;
- VI - propor ao Plenário a requisição aos órgãos públicos dos serviços necessários ao cumprimento de diligências ou à realização de vistorias, exames ou inspeções e ter acesso a bancos de dados de caráter público ou relativos a serviços de relevância pública;
- VII - convidar órgãos públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, especialistas e pessoas que possam subsidiar os debates e trabalhos das comissões e subcomissões;
- VIII - produzir relatórios de suas atividades;
- IX - encaminhar ao Plenário propostas de atos normativos, de recomendações para o aperfeiçoamento de políticas públicas e demais atos do Conselho, bem como de medidas emergenciais e estruturais objetivando cessar violações aos direitos humanos;
- X - acompanhar, quando necessário, a convocação de vítimas, agentes públicos ou pessoas investigadas por violação aos direitos humanos;

XI - propor ao Plenário a designação de consultora/r ad hoc, relatora/r e relatora/r especial para os casos encaminhados às comissões; e

XII - receber e processar denúncias ou representações distribuídas às comissões.

Seção VI

Da Presidência e da Vice-Presidência

Art. 25. O CNDH terá sua/seu presidenta/e e vice-presidenta/e eleitas/os pelo Plenário para mandato de dois anos, correspondente ao biênio de gestão.

§ 1º As funções de presidenta/e e vice-presidenta/e serão exercidas, paritariamente, por uma/um conselheira/o representante dos órgãos públicos e por uma/um conselheira/o representante das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, observando, sempre que possível, a paridade de gênero e sexo, a diversidade racial, geracional e de região, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

§ 2º As/os conselheiras/os eleitas/os para presidenta/e e vice-presidenta/e do CNDH alternarão as respectivas funções decorrida a metade do biênio de gestão.

Art. 26. Em caso de renúncia ou vacância da/o presidenta/e ou vice-presidenta/e, será realizada nova eleição para o restante do mandato.

Art. 27. Compete à/ao presidenta/e:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;

II - representar o CNDH nas suas relações institucionais, divulgando e promovendo o conhecimento de suas atividades e funcionamento;

III - acompanhar a execução das atividades do CNDH;

IV - manifestar-se ad referendum do Plenário em casos de relevância e urgência, considerada a competência do CNDH, para apreciação na primeira reunião plenária subsequente;

V - assinar resoluções, recomendações e demais atos de competência do CNDH e ordenar sua publicação;

VI - determinar à Secretaria-Executiva a imediata distribuição de denúncias ou representações às comissões, subcomissões, grupos de trabalho ou reladoras/es, com respeito à pertinência temática, bem como adotar as providências ad referendum do Plenário nos casos urgentes;

VII - solicitar dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal certidões, atestados, informações, documentos e expedientes ou processos nos casos em apuração no CNDH;

VIII - ordenar despesas para cuja execução possua o CNDH autonomia ou delegar tal atribuição nas hipóteses previstas em lei;

IX - propor ao Plenário e à Secretaria-Executiva iniciativas para dinamizar as atividades do Conselho e qualificar sua atuação; e

X - exercer outros encargos que o Plenário lhe atribuir e que estejam previstos neste regimento e em resoluções do CNDH.

Art. 28. Compete à/ao vice-presidenta/e:

I - substituir a/o presidenta/e em caso de afastamento temporário ou impedimento;

II - convocar reuniões plenárias na hipótese de omissão injustificável da/o presidenta/e quanto a essa atribuição;

III - assistir à/ao presidenta/e em todas as suas atividades e exercer funções inerentes à Presidência quando houver delegação de competência; e

IV - exercer atribuições designadas pelo Plenário.

Seção VII

Das atribuições de conselheiras e conselheiros

Art. 29. São atribuições de conselheiras/os:

I - colaborar para que o CNDH cumpra sua finalidade e objetivos;

II - participar das discussões e votações das matérias submetidas ao Plenário, com direito a voz e voto;

III - propor a apreciação de matérias, debates e reuniões do CNDH;

IV - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário;

V - atender às designações do Plenário para acompanhar ou relatar casos específicos, bem como integrar comissões, subcomissões e grupos de trabalho;

VI - participar das reuniões de comissões, subcomissões e grupos de trabalho;

VII - respeitar e fazer respeitar as deliberações adotadas pelo CNDH;

VIII - zelar pela defesa dos direitos humanos;

IX - representar o CNDH sempre que designada/o nos termos dos incisos IX e X do art. 21 deste regimento e as comissões, subcomissões e grupos de trabalho que integrar;

X - indicar assuntos a constar na pauta das reuniões plenárias e das comissões, subcomissões e grupos de trabalho; e

XI - encaminhar denúncias à Secretaria-Executiva, a fim de que esta promova os encaminhamentos previstos no presente regimento.

§ 1º As/os representantes suplentes substituirão conselheiras/os titulares nas suas ausências, observada a ordem classificatória do resultado do processo eleitoral de que trata o art. 9º.

§ 2º Conselheiras/os suplentes poderão participar das reuniões e ter direito a voz, ainda que haja a participação de suas/seus respectivas/os titulares.

Seção VIII

Da Secretaria-Executiva

Art. 30. A Secretaria-Executiva será composta por coordenadora/r-geral e por Assessoria Administrativa, Assessoria de Comunicação e Assessoria Técnica, com as seguintes competências:

I - secretariar e assessorar as reuniões do Plenário, da Mesa Diretora e de comissões, subcomissões, grupos de trabalho, reuniões descentralizadas, audiências, eventos e missões;

II - solicitar e produzir documentos e informações por demanda do Plenário, da Presidência, da Mesa Diretora, das comissões, das subcomissões, dos grupos de trabalho, de relatoras/es e de consultoras/es ad hoc;

III - recepcionar, classificar, encaminhar e providenciar as deliberações relacionadas às denúncias de violações aos direitos humanos nos termos da Seção I do Capítulo IV deste regimento;

IV - promover atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CNDH;

V - realizar o monitoramento das deliberações aprovadas pelo CNDH;

VI - manter e organizar as documentações e informações referentes aos trabalhos do CNDH, de modo a garantir a preservação da memória institucional do Conselho;

VII - disponibilizar, quando solicitada, documentação às vítimas e familiares de casos analisados pelo CNDH, respeitando os limites e prazos garantidos na Lei nº 12.527, de 2011;

VIII - encaminhar às/aos conselheiras/os o calendário anual de reuniões do CNDH;

IX - dar publicidade e transparência às atividades do CNDH, sensibilizando o público em geral sobre sua atuação e a importância dos direitos humanos, por meio da produção de conteúdo jornalístico para a imprensa e canais próprios de comunicação;

X - assessorar o processo eleitoral do CNDH;

XI - apoiar a realização da Conferência Nacional de Direitos Humanos;

XII - elaborar o relatório de atividades do biênio do CNDH; e

XIII - encaminhar os atos oficiais e administrativos do CNDH para publicação por meio do Diário Oficial da União.

Art. 31. A indicação para provimento da Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva do CNDH será realizada pelo Plenário, mediante seleção pública conduzida pela Mesa Diretora, e a nomeação será realizada pelo ministério ao qual esteja administrativamente vinculado o CNDH.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral substituta será exercida por uma/um das/os servidoras/es lotadas/os no CNDH, sendo necessária sua validação por decisão do Plenário.

Art. 32. Compete à Mesa Diretora, a cada início de gestão, adotar providências para verificar a suficiência do quadro de trabalhadoras/es da Secretaria-Executiva e a necessidade de seu incremento para o pleno funcionamento do CNDH, observados os seguintes parâmetros:

I - adequada execução do planejamento das atividades do biênio; e

II - respeito ao cumprimento da carga horária da equipe, com vistas a assegurar a disponibilidade de tempo e condições para a efetivação de ações de qualificação e educação permanente.

Parágrafo único. As/os trabalhadoras/es deverão ter um perfil compatível com a finalidade do CNDH, observando, sempre que possível, a diversidade de gênero e sexo, racial, geracional e de região, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

Art. 33. São atribuições da/o coordenadora/r-geral da Secretaria-Executiva:

I - coordenar a gestão de pessoal, material e patrimonial do CNDH;

II - coordenar o planejamento e execução das atividades da Secretaria-Executiva;

III - assessorar as atividades do Plenário, apoiando a elaboração da proposta de pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias, a consolidação do teor das deliberações e sua disponibilização para as/os conselheiras/os;

IV - assessorar as atividades da Mesa Diretora, apoiando a elaboração da proposta de pauta de reuniões e consolidação do teor de suas deliberações;

V - providenciar o cumprimento das decisões do Plenário e da Mesa Diretora;

VI - coordenar a organização e o encaminhamento das denúncias ou representações de violações aos direitos humanos recebidas pelo CNDH;

VII - viabilizar reuniões periódicas de equipe, incluídas reuniões com a Presidência e Vice-Presidência, para gestão e acompanhamento das atividades da Secretaria-Executiva;

VIII - coordenar o monitoramento das deliberações aprovadas pelo CNDH;

IX - coordenar a elaboração do relatório de atividades do biênio do CNDH; e

X - acompanhar a execução de despesas necessárias para as atividades deliberadas pelo Plenário.

Art. 34. São atribuições da Assessoria Administrativa:

I - receber, registrar em sistema oficial e encaminhar denúncias ou representações;

II - monitorar processos por meio de bancos de dados ou sistemas de informação oficiais disponíveis;

III - organizar a logística para a realização de reuniões, missões, audiências e eventos de acordo com a decisão do Conselho;

IV - agendar reuniões de acordo com a decisão do Conselho;

V - executar os processos de concessão de diárias e de aquisição e emissão de passagens;

VI - elaborar e enviar convites de reuniões do Plenário, da Mesa Diretora e outros eventos;

VII - confirmar presença em reuniões do Plenário, da Mesa Diretora e demais agendas do CNDH;

VIII - apoiar a Assessoria Técnica na organização e viabilização de reuniões e encaminhamentos das comissões, subcomissões e grupos de trabalho;

IX - apoiar a gestão do inventário do CNDH;

X - apoiar o monitoramento das recomendações e demais atos aprovados em Plenário;

XI - checar correspondências eletrônicas das caixas institucionais do CNDH e dar os encaminhamentos necessários; e

XII - executar tarefas administrativas de caráter institucional sob demanda da Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva.

Art. 35. São atribuições da Assessoria de Comunicação:

I - apurar, redigir, editar e publicar notícias relacionadas à atuação do CNDH;

II - atender à imprensa para prestar informações sobre ações do CNDH, agendamento de entrevistas, encaminhamento de documentos solicitados e organização de coletivas;

III - atualizar os canais de comunicação do CNDH com os documentos aprovados em reuniões realizadas pelo Plenário;

IV - dar publicidade e transparência às atividades do CNDH, tanto à imprensa quanto à sociedade brasileira como um todo;

V - elaborar material para divulgação das ações do CNDH na imprensa e nos canais de comunicação próprios;

VI - elaborar peças de comunicação para mídias digitais;

VII - monitorar e responder demandas oriundas das redes sociais;

VIII - pautar e assessorar a imprensa para garantir a visibilidade às discussões do CNDH; e

IX - realizar levantamento da repercussão das atividades do CNDH na imprensa (**clipping**).

Art. 36. São atribuições da Assessoria Técnica:

I - assessorar tecnicamente a atuação e tomada de decisões, mediante a elaboração de subsídios e documentos, das comissões, subcomissões, grupos de trabalho, Mesa Diretora e do Plenário;

II - subsidiar a Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva nas reuniões do Plenário e da Mesa Diretora, por meio do registro de deliberações;

III - organizar e viabilizar, com apoio da Assessoria Administrativa, reuniões das comissões, subcomissões e grupos de trabalho, audiências públicas, eventos, cursos e missões;

IV - viabilizar a execução das deliberações e encaminhamentos das comissões, subcomissões e grupos de trabalho, dando ampla divulgação às suas decisões;

V - contribuir para a construção e preservação da memória institucional do CNDH, por meio da produção e organização de resumos executivos de reuniões e demais documentos oficiais;

VI - organizar, classificar e encaminhar denúncias ou representações recebidas, em conjunto com a Assessoria Administrativa, bem como outros atos previstos na Seção I do Capítulo IV deste regimento; e

VII - apoiar o monitoramento das recomendações e demais atos aprovados em Plenário.

Seção IX

Da nomeação de consultoras e consultores ad hoc e da designação de reladoras e relatores

Art. 37. O Plenário poderá nomear consultoras/es **ad hoc** com o objetivo de subsidiar tecnicamente os debates e os estudos temáticos desenvolvidos no âmbito do CNDH.

Parágrafo único. A resolução que formalizar a nomeação da/o consultora/r ad hoc fixará as atividades a serem desenvolvidas, o objeto e o prazo da consultoria.

Art. 38. O Plenário poderá designar conselheiras/os como reladoras/es de determinados temas e casos específicos, bem como para relatar denúncias ou representações sobre atos, condutas ou situações contrárias aos direitos humanos, conforme inciso VIII do **caput** do art. 18.

Parágrafo único. A resolução que formalizar a designação de conselheira/o relatora/r fixará as atividades a serem desenvolvidas, o objeto e prazo da relatoria.

Art. 39. O Plenário, em caráter extraordinário, poderá designar pessoas de notório saber, com autoridade e legitimidade pública na defesa de direitos humanos como reladoras especiais para representar o CNDH na atuação em casos emblemáticos ou temas de alta complexidade, por meio de resolução específica que fixará atividades a serem desenvolvidas, o objeto e prazo da relatoria especial.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS

Seção I

Das denúncias ou representações

Art. 40. O CNDH receberá e processará denúncias ou representações sobre atos, condutas ou situações contrárias aos direitos humanos.

§ 1º A apresentação de denúncia ou representação deverá ser encaminhada ao CNDH por meio de seu correio eletrônico ou pelo canal que vier a substituí-lo.

§ 2º A apresentação de denúncia ou representação por conselheira/o do CNDH deverá ser encaminhada à Secretaria-Executiva, salvo quando versar sobre situação de gravidade e urgência e apresentar risco de dano irreparável a pessoas, caso em que poderá ser incluída na pauta durante reunião plenária para regime de processamento urgente, com indicação de medidas imediatas.

Art. 41. Cabe à Secretaria-Executiva receber a denúncia ou representação de condutas ou situações contrárias aos direitos humanos, registrar, proceder à análise e classificação das informações apresentadas e encaminhar à Mesa Diretora.

Parágrafo Único. Nos casos urgentes, a Secretaria-Executiva contatará imediatamente a Presidência com vistas à adoção de providências, inclusive ad referendum do Plenário.

Art. 42. O CNDH utilizará a seguinte tipologia para classificar as denúncias ou representações recebidas:

I - atendem aos requisitos para apresentação de denúncias ou representações: apresentam informações suficientes para compreensão da prática, condutas ou situações contrárias aos direitos humanos;

II - não atendem aos requisitos para apresentação de denúncias ou representações, necessitando de complementação de informações: não apresentam informações suficientes para compreensão da prática, condutas ou situações contrárias aos direitos humanos; e

III - não atendem aos requisitos para apresentação de denúncias ou representações e não são passíveis de complementação de informações: não contêm elementos mínimos indispensáveis à compreensão ou não são de competência do CNDH.

§ 1º No caso das denúncias ou representações classificadas conforme disposto no inciso II do **caput**, a Secretaria-Executiva, a Mesa Diretora ou a Presidência poderá solicitar à/ao denunciante a complementação de informações, com prazo preestabelecido.

§ 2º As denúncias ou representações cuja/o denunciante não responder ao pedido de complementação de informações nas condições de que trata o § 1º serão encaminhadas ao Plenário para arquivamento, sem prejuízo da reabertura do processo, a qualquer momento, mediante o envio de complementação de informações pela/o denunciante, assim como do encaminhamento de nova manifestação ao CNDH.

§ 3º As denúncias ou representações classificadas conforme disposto no inciso I do **caput** deste artigo serão processadas pelo CNDH ou encaminhadas para outros órgãos competentes para apuração.

§ 4º As denúncias ou representações classificadas conforme disposto no inciso III do **caput** deste artigo serão encaminhadas ao Plenário para arquivamento.

Art. 43. O tratamento de denúncias ou representações pela Mesa Diretora deverá conter:

I - manifestação fundamentada sobre a admissibilidade ou inadmissibilidade;

II - distribuição das denúncias ou representações que atendem aos requisitos de admissibilidade à comissão, subcomissão, grupo de trabalho e relatoras/es, conforme a pertinência temática;

III - proposta de criação de comissão, subcomissão ou grupo de trabalho específico para apurar a denúncia ou representação, quando não houver instância existente que trate da temática;

IV - proposta de indicação de conselheira/o relatora/r, quando entender não se aplicar a distribuição conforme os incisos II e III;

V - proposta de direcionamento de denúncias ou representações aos órgãos competentes;

VI - orientação às/aos denunciantes sobre outras autoridades competentes para a devida apuração do caso; e

VII - proposta de adoção de medidas já implementadas pelo CNDH em casos semelhantes.

Parágrafo único. No primeiro despacho da Presidência será determinada à Secretaria-Executiva a imediata distribuição das denúncias ou representações admitidas pela Mesa Diretora às comissões, subcomissões, grupos de trabalho ou relatoras/es, com respeito à pertinência temática.

Art. 44. Todas as denúncias ou representações recebidas serão encaminhadas pela Mesa Diretora, com o devido tratamento, para deliberação do Plenário na reunião mais próxima.

Art. 45. Nos casos em que não admitir a denúncia ou representação, o Plenário determinará seu arquivamento, assim como o seu encaminhamento às autoridades competentes para sua devida apuração, quando entender cabível.

Art. 46. A Secretaria-Executiva comunicará à/ao denunciante as medidas adotadas pelo CNDH, inclusive eventual arquivamento.

Art. 47. Recebida a denúncia ou representação, esta será tratada pela comissão, subcomissão, grupo de trabalho ou relatora/r para a/o qual foi distribuída.

§ 1º A comissão, subcomissão ou grupo de trabalho incluirá sua análise na primeira reunião após a distribuição, e as/os reladoras/es procederão à análise conforme prazo estipulado no ato de sua designação.

§ 2º A comissão, subcomissão, grupo de trabalho ou relatora/r poderá convidar autoridades públicas, especialistas e membras/os da sociedade para contribuir para o tratamento da representação ou denúncia, assim como propor ao Plenário recomendações, atos normativos, realização de missões, audiências ou outras iniciativas sob sua competência.

§ 3º Exaurida sua atuação, as comissões, subcomissões, grupos de trabalho ou reladoras/es apresentarão ao Plenário relatório no qual conste síntese dos atos executados e fundamentação com vistas ao arquivamento da denúncia ou representação.

Art. 48. Quando necessário, o CNDH buscará apoio de instituições que possam contribuir com o atendimento de situações de denúncias ou representações reportadas ao Conselho.

Subseção I

Requisitos para a apresentação de denúncia ou representação

Art. 49. A denúncia ou representação encaminhada ao CNDH deverá conter necessariamente:

I - informações detalhadas sobre a conduta contrária aos direitos humanos, com a especificação do lugar e data da sua ocorrência; e

II - a identificação da(s) vítima(s) ou justificativa da impossibilidade de fazê-lo.

§ 1º É recomendável que a representação ou denúncia também contenha:

I - o nome da/o denunciante; ou, no caso de pessoa jurídica, o nome da/e sua/seu representante legal e, no caso de entes despersonalizados, o nome da/e sua/seu representante;

II - informações sobre eventuais processos judiciais e/ou administrativos instaurados;

III - a indicação do pedido formal de providências e, caso já tenha sido solicitado ao órgão público, a informação acerca da resposta recebida;

IV - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que a/o denunciante considera responsável pela omissão ou ação contrária aos direitos humanos ou a justificativa da impossibilidade de fazê-lo; e

V - meio de contato para comunicação com o CNDH.

§ 2º A/o denunciante poderá solicitar o sigilo de sua identidade, devendo o pedido estar explícito na denúncia ou representação.

Seção II

Das missões

Art. 50. O CNDH realizará missões para verificar violações aos direitos humanos no território nacional, incluindo as regiões fronteiriças.

§ 1º As missões do CNDH serão realizadas a partir de deliberação do Plenário, que definirá o objeto, o prazo de duração e as/os integrantes da missão.

§ 2º A equipe de missão será composta por pelo menos duas/dois conselheiras/os, uma/um das/os quais atuará como coordenadora/r e outra/o como relatora/r, observada, sempre que possível, a diversidade racial e as paridades de gênero e sexo e de representação de órgãos públicos e da sociedade civil.

§ 3º A equipe de missão será apoiada por uma/um servidora/r designada/o como assessora/r pela Mesa Diretora.

§ 4º Poderão integrar a equipe de missão pessoas convidadas pelo Conselho em virtude da especialidade na matéria objeto da missão.

Art. 51. A equipe da missão apresentará à Mesa Diretora plano de trabalho que deverá conter cronograma da missão com previsão de início, fim e estimativa prévia das principais atividades a serem realizadas para o alcance do seu objeto.

Art. 52. Em até 60 dias após o fim da missão será elaborado relatório circunstanciado, que deverá conter registro histórico e sistemático das principais atividades realizadas e de ocorrências, conclusão acerca da verificação ou não de violação aos direitos humanos, eventuais resultados alcançados e encaminhamentos ao Plenário.

§ 1º Havendo medidas urgentes a serem adotadas, a equipe da missão apresentará relatório preliminar à Mesa Diretora e/ou ao Plenário com seus encaminhamentos.

§ 2º O relatório final será encaminhado à Mesa Diretora para inclusão na pauta da reunião plenária do CNDH imediatamente posterior ao seu recebimento.

Seção III

Das audiências

Art. 53. O CNDH realizará audiências públicas por deliberação do Plenário para reunir informações relacionadas à situação dos direitos humanos no Brasil, tratar de temas de direitos humanos específicos ou de fatos de violação aos direitos humanos, e coletar sugestões para subsidiar a proposição de medidas para cumprir suas atribuições, assegurada a participação social.

Art. 54. O CNDH também realizará audiências para a escuta de denunciantes e coleta de informações, que, em situações excepcionais, poderão ocorrer de forma reservada para preservar o direito das/os envolvidas/os e de terceiros.

Art. 55. As audiências poderão ser realizadas por iniciativa própria do CNDH ou em atenção à solicitação de parte interessada.

§ 1º São partes interessadas para a solicitação de audiências pessoas físicas, grupos de pessoas físicas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e órgãos públicos.

§ 2º Os pedidos de audiência serão dirigidos à Presidência e indicarão seu objeto e sua(s)/seu(s) participante(s).

Art. 56. O CNDH poderá notificar pessoas, representantes de órgãos públicos ou privados para a apresentação de informações em suas audiências.

Art. 57. As audiências poderão ser realizadas de forma não presencial, sempre primando pela acessibilidade às/aos participantes e pelo respeito ao diálogo intercultural.

Art. 58. O CNDH adotará as medidas ao seu alcance para garantir a segurança e a liberdade de expressão das/os participantes, visando a que não sofram represálias, perseguições ou processos administrativos ou judiciais pelas informações apresentadas.

Art. 59. As audiências serão registradas, com a identificação, entre outros elementos, do dia e hora de sua realização, nome das/os participantes, encaminhamentos, compromissos assumidos pelas partes e recomendações sugeridas.

Seção IV

Do processo apuratório de condutas ou situações contrárias aos direitos humanos

Art. 60. O processo de apuração de condutas ou situações contrárias aos direitos humanos respeitará os princípios do contraditório e da ampla defesa e será instaurado pelo Plenário, mediante resolução específica, por representação, denúncia ou de ofício sempre em decisão motivada e fundamentada, observado o sigilo durante a sua tramitação (art. 4º, inciso III da Lei nº 12.527, de 2011).

§ 1º Para a realização de procedimentos apuratórios de situações ou condutas contrárias aos direitos humanos, o CNDH poderá:

I - requisitar informações, documentos e provas necessárias às suas atividades;

II - requisitar o auxílio da Polícia Federal ou de força policial quando necessário ao exercício de suas atribuições; e

III - requerer aos órgãos públicos e privados serviços necessários ao cumprimento de diligências, realização de vistorias, exames ou inspeções e ter acesso a bancos de dados de caráter público ou relativos a serviços de relevância pública.

§ 2º A resolução instauradora do procedimento deverá conter:

I - designação das/os integrantes da Comissão de Apuração, com indicação de sua/seu presidenta/e;

II - determinação do prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração; e

III - delimitação do objeto da apuração, com a descrição dos fatos, e indicação do número do processo que contém a documentação pertinente.

Art. 61. A Comissão de Apuração será integrada por três conselheiras/os do CNDH, sendo uma/um presidenta/e, além de uma/um servidora/r da Secretaria-Executiva que atuará como secretária/o, designadas/os pelo Plenário.

§ 1º A Comissão de Apuração exercerá suas atividades com independência e imparcialidade.

§ 2º O Plenário não poderá interferir nos trabalhos de apuração quando regularmente desenvolvidos pela comissão.

§ 3º O registro da primeira reunião da Comissão de Apuração constitui-se na ata de instalação, documento que formaliza o início de suas atividades.

Art. 62. As/os conselheiras/os da Comissão de Apuração deverão praticar os atos necessários ao regular desenvolvimento do processo, incumbindo-lhes:

I - propor medidas no interesse dos trabalhos da comissão;

II - decidir os pedidos de suspeição ou impedimento;

III - formular indagações às testemunhas;

IV - deliberar sobre diligências e provas; e

V - elaborar o relatório final.

Art. 63. Compete à/ao presidenta/e da Comissão de Apuração:

I - coordenar os trabalhos;

II - determinar a lavratura da ata de instalação dos trabalhos;

III - notificar a parte investigada para a apresentação de resposta escrita, bem como de todos os atos do processo, respeitando os parâmetros de ampla defesa e contraditório;

IV - intimar testemunhas;

V - presidir as audiências públicas;

VI - providenciar defensora/r, na hipótese de a parte se apresentar desacompanhada de advogada/o ou sem defesa técnica;

VII - solicitar ao Plenário a prorrogação dos trabalhos; e

VIII - encaminhar o relatório final ao Plenário.

Art. 64. Cabe à/ao secretária/o da Comissão de Apuração registrar, organizar e expedir os atos do processo.

Art. 65. Aplicam-se os impedimentos previstos no art. 144 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 e no art. 18 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sendo impedida/o de atuar conselheira/o ou servidora/r que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perita/o, testemunha ou autora/r da representação dos fatos a serem apurados, ou se tais situações ocorrem quanto à/ao cônjuge, companheira/o ou parente e afins até o terceiro grau, inclusive;

III - quando for parte no processo ela/e própria/o, sua/seu cônjuge ou companheira/o, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

IV - quando for sócia/o ou membra/o de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo; e

V - quando tiver relação de trabalho com qualquer das partes.

Parágrafo único. A/o conselheira/o ou servidora/r que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à Comissão de Apuração, abstendo-se de atuar.

Art. 66. Pode ser arguida a suspeição de conselheira/o ou servidora/r que tenha amizade íntima ou inimizade notória com alguma/algum das/os interessadas/os ou com as/os respectivas/os cônjuges, companheiras/os, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 67. A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição em petição fundamentada e devidamente instruída na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, no prazo de quinze dias úteis a contar do conhecimento do fato.

Parágrafo único. Da decisão sobre suspeição ou impedimento proferida pela Comissão de Apuração caberá recurso ao Plenário, com efeito suspensivo.

Art. 68. A Comissão de Apuração intimará para todos os atos do processo a/o defensora/r da parte investigada.

Parágrafo único. No caso de a parte investigada comparecer aos autos do processo desacompanhada de defensora/r, a Comissão de Apuração providenciará a designação de defensora/r.

Subseção I

Da notificação prévia

Art. 69. A Comissão de Apuração notificará a parte investigada para manifestar-se, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º Constará da notificação:

I - o número da resolução instauradora e do procedimento em que constam os documentos relativos aos fatos ou condutas a serem apurados;

II - o objeto da apuração;

III - a pessoa física ou jurídica ou ente público ou privado a quem os fatos ou condutas são imputados;

IV - o direito da parte de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procuradora/r devidamente constituída/o, de ter vista dos autos, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial; e

V - o local, horário de funcionamento e meio de comunicação com a Comissão de Apuração.

§ 2º A notificação pode ser efetuada por qualquer meio ou canal de comunicação que assegure a ciência da/o interessada/o.

§ 3º O comparecimento espontâneo da parte aos autos supre a notificação.

Art. 70. Na hipótese de a Comissão de Apuração juntar aos autos do processo qualquer documento ou novos elementos de prova após a notificação, a parte investigada será intimada para se manifestar no prazo de quinze dias úteis.

Subseção II **Da instrução probatória**

Art. 71. Na fase da instrução probatória, a Comissão de Apuração promoverá a tomada de depoimentos, acareações e diligências, objetivando a coleta de provas, utilizando, quando necessário, prova técnica ou pericial, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos ou condutas.

Art. 72. A parte investigada tem o direito de empregar todos os meios legais e moralmente legítimos, ainda que não especificados, para provar a verdade dos fatos em que se funda a sua defesa.

Art. 73. Com vistas à instrução probatória, a Comissão de Apuração, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.986, de 2014, poderá efetuar as requisições e requerimentos previstos no § 1º do art. 60.

Art. 74. A Comissão de Apuração intimará a parte investigada para prestar depoimento, com antecedência mínima de quinze dias úteis, informando dia, hora e local.

Art. 75. A Comissão de Apuração poderá designar hora e dia para realização de audiência, com vistas à produção de provas orais.

Art. 76. A Comissão de Apuração garantirá a participação da parte investigada na produção de prova, inclusive mediante intimação para participar dos atos instrutórios com antecedência mínima de quinze dias úteis.

Art. 77. Caso a Comissão de Apuração se depare com outros fatos ou condutas violadoras aos direitos humanos não relacionados ao indicado na resolução instauradora, deverá, obrigatoriamente, comunicar ao Plenário.

Art. 78. O requerimento para a prorrogação do prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração deverá ser fundamentado e apresentado ao Plenário antes da expiração do prazo e em tempo hábil para deliberação.

Art. 79. Encerrada a instrução probatória, a parte investigada será intimada para apresentar alegações finais no prazo de quinze dias úteis.

Subseção III **Do relatório final**

Art. 80. Concluída a instrução processual, a Comissão de Apuração elaborará relatório final com o objetivo de apresentar o resultado dos seus trabalhos e remeterá os autos ao Plenário.

Art. 81. O relatório final conterá:

I - ementa das conclusões da Comissão de Apuração;

II - relato dos fatos apurados;

III - resumo das principais peças dos autos;

IV - menção às provas nas quais a Comissão de Apuração se baseou para formar a sua convicção;

V - apreciação de todos os argumentos aduzidos na resposta escrita;

VI - indicação da norma transgredida em caso de conclusão quanto à responsabilidade da parte investigada; e

VII - indicação da penalidade a ser aplicada, tendo em consideração a infração cometida.

Parágrafo único. O relatório final também poderá indicar medidas visando à reparação da violação apurada ou à melhoria da gestão administrativa e propostas de recomendações a órgãos ou autoridades.

Art. 82. Caso uma/um das/os conselheiras/os da Comissão de Apuração discorde total ou parcialmente do conteúdo do relatório, elaborará seu voto em separado, expressando suas conclusões e o motivo da sua divergência.

Subseção IV

Da apreciação do relatório pelo Plenário do CNDH

Art. 83. A apreciação do relatório final deverá respeitar os princípios de segurança da informação, transparência, publicidade e ampla defesa da parte investigada.

Art. 84. O relatório final será apreciado em reunião plenária reservada, tendo o julgamento das infrações como pauta específica.

§ 1º A parte investigada será intimada para o julgamento com antecedência mínima de quinze dias úteis.

§ 2º Após a apresentação do relatório, será facultada às partes sustentação oral pelo tempo de quinze minutos.

§ 3º Estando aptas/os as/os conselheiras/os, haverá julgamento.

§ 4º No caso de conselheira/o não se considerar apta/o para o julgamento imediato, será aberta única vista coletiva dos autos, por prazo não superior a trinta dias, sendo, desde logo, definida data da continuação do julgamento, ficando a parte investigada e sua defesa intimadas.

§ 5º Como julgamento, o Plenário poderá acatar, total ou parcialmente, ou rejeitar o relatório final, decidindo pela aplicação ou não de sanção à parte investigada.

Art. 85. Se a decisão do Plenário for pela existência de conduta contrária aos direitos humanos, caberá a aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - censura pública;

III - recomendação de afastamento da/o responsável por conduta ou situações contrárias aos direitos humanos de cargo, função ou emprego na administração pública direta, indireta ou fundacional da União, estados, municípios ou Distrito Federal; e

IV - recomendação de que não sejam concedidas verbas, auxílios ou subvenções a entidades comprovadamente responsáveis por condutas ou situações contrárias aos direitos humanos.

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas isolada ou cumulativamente, sendo correspondentes e proporcionais às ações ou omissões ofensivas à atuação do CNDH ou às lesões aos direitos humanos, consumadas ou tentadas, imputáveis a pessoas físicas ou jurídicas e a entes públicos ou privados.

§ 2º As sanções de competência do CNDH têm caráter autônomo, devendo ser aplicadas independentemente de outras sanções de natureza penal, financeira, política, administrativa ou civil previstas em lei.

§ 3º As sanções serão aplicadas por resolução específica do CNDH que deverá conter os dispositivos legais que indicam a competência do CNDH para a prática do ato e que fundamentam a decisão, a identificação do processo apuratório, da infração cometida e da/o responsável pela conduta contrária aos direitos humanos, bem como a decisão pela aplicação de determinada penalidade.

Art. 86. Quando constatada possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, o Plenário representará às autoridades competentes.

Subseção V

Do pedido de revisão

Art. 87. O prazo para interposição de pedido de revisão será de quinze dias úteis a contar da publicação ou da ciência pela parte sancionada da decisão recorrida.

Art. 88. O pedido de revisão não terá efeito suspensivo.

Art. 89. Interposto o pedido de revisão, a/o presidenta/e do CNDH designará relatora/r entre as/os conselheiras/os que não integraram a Comissão de Apuração e encaminhará às/aos conselheiras/os as razões da revisão.

§ 1º A/o relatora/r terá prazo de dez dias úteis para apresentar relatório e voto.

§ 2º Apresentado o relatório, a/o presidenta/e do CNDH fixará a data do julgamento, que se realizará em até dez dias úteis, e intimará a parte sancionada e sua defesa, facultando sustentação oral pelo tempo de quinze minutos.

Art. 90. O pedido de revisão será apreciado em reunião plenária reservada, tendo o seu julgamento como pauta específica.

Seção V

Da publicidade dos atos do Conselho

Art. 91. O CNDH deverá garantir o acesso à informação previsto no [inciso XXXIII do art. 5º](#), no [inciso II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216 da Constituição Federal sobre seus atos e procedimentos nos termos da Lei nº 12.527, de 2011](#).

§ 1º Serão protegidas a identidade das/os denunciantes e as informações cujo acesso implique em riscos à integridade, à segurança e à vida de pessoas ou coletividades, notadamente de indivíduos e populações vulnerabilizadas.

§ 2º Será preservada a confidencialidade das fontes e de testemunhos se a sua divulgação puder causar prejuízo às pessoas interessadas.

§ 3º Será assegurado o sigilo necessário para os procedimentos de verificação de fatos violadores aos direitos humanos, podendo ser reservado o acesso às informações e documentos durante a fase preparatória dos atos do CNDH e ao conteúdo de diligências em andamento.

§ 4º O acesso a informações de atos e procedimentos do CNDH será concedido mediante requerimento formal, que será deliberado pela Mesa Diretora, ressalvadas as hipóteses de relevância e urgência que autorizem decisão pela Presidência ad referendum da Mesa Diretora.

§ 5º As/os conselheiras/os e demais trabalhadoras/es do CNDH, sob pena de responsabilidade, deverão resguardar o sigilo dos atos e procedimentos do Conselho assim declarados e garantir a proteção da identidade das/os denunciante(s), fontes, testemunhos e das informações cujo acesso implique riscos à integridade, à segurança e à vida de pessoas ou coletividades, notadamente de indivíduos e populações vulnerabilizadas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 92. O CNDH fará parte, de forma permanente, da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos e coordenará seu Grupo Referência com o objetivo de animar, facilitar e gerir a Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, com organização e funcionamento previstos em resolução específica.

Art. 93. Os recursos necessários à consecução das finalidades do CNDH serão providos por rubrica orçamentária própria destacada do orçamento do ministério ao qual esteja administrativamente vinculado o Conselho, além de outras fontes.

Parágrafo único. O ministério ao qual esteja administrativamente vinculado o CNDH deverá prover os recursos humanos adequados e suficientes à consecução das suas finalidades, atendendo às suas deliberações.

Art. 94. O Plenário definirá, por meio de resolução específica, os fluxos e demandas do CNDH não previstos no presente regimento.

Art. 95. As resoluções vigentes que disciplinam o funcionamento das comissões, subcomissões e grupos de trabalho do CNDH ficam ratificadas em tudo que não conflite com o presente regimento.

Art. 96. Este regimento poderá ser modificado a qualquer tempo por proposição aprovada por maioria absoluta do CNDH, em reunião especialmente destinada a essa finalidade.

Art. 97. Ficam revogadas:

I - a Resolução nº 1, de 9 de junho de 2015;

II - a Resolução nº 4, de 3 de setembro de 2015;

III - a Resolução nº 5, de 3 de setembro de 2015;

IV - a Resolução nº 7, de 9 de agosto de 2018;

V - a Resolução nº 6, de 14 de agosto de 2019;

VI - a Resolução nº 41, de 19 de outubro de 2020; e

VII - a Resolução nº 43, de 12 de novembro de 2020.